

A FÁBRICA DE PÓLVORA E O JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

Cristina Grafanassi Tranjan

Escola de Belas Artes, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil – crisgtranjan@globocom

Palavras-chave: Jardim Botânico; Fábrica de Pólvora; Rio de Janeiro

Resumo

O presente trabalho busca recuperar a história do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, as razões que levaram a conviverem juntas no mesmo espaço duas instituições de usos tão distintos, o Jardim, criado em uma região muito apreciada por D. João VI, junto à Lagoa Rodrigo de Freitas, e a Real Fábrica de Pólvora da Lagoa de Rodrigo de Freitas. Em 13 de junho de 1808, por decreto assinado por D. João VI, as terras da Lagoa foram desapropriadas com vistas à construção de uma fábrica de pólvora e fundição de peças de artilharia. O *hobby* de D. João VI em relação à botânica levou à criação do Real Jardim da Lagoa Rodrigo de Freitas, regulamentado por Decreto de 11 de maio de 1819, que lhe deu o nome de Real Jardim Botânico, quando se tornou um jardim franqueado ao público. Assim, as duas funções, produção de armamentos e cultivo de plantas exóticas, durante algum tempo, dividiram o mesmo espaço.

INTRODUÇÃO

Quando o governador do Rio de Janeiro Antônio Salema (1575-1577) decidiu desenvolver a agricultura, recebeu autorização da metrópole para construir uma fábrica de açúcar, escolhendo a região às margens da Lagoa de Sacopenapan, para que os cultivadores da região tivessem onde moer a cana. Com isso, a lavoura açucareira se desenvolveu nas regiões da Tijuca, Andaraí, Laranjeiras e Gávea, e principalmente Botafogo e Rodrigo de Freitas, com o surgimento de vários engenhos de açúcar.

Após a chegada da Corte, em 1808, D. João VI se encantou com a Lagoa Rodrigo de Freitas, tendo o hábito de frequentar a região. Relatos falam de uma pedra que havia na

praia da Lagoa, perto da capela de Nossa Senhora da Cabeça, na chácara de Manuel dos Santos Dias, e que ficava inclinada em direção à estrada às margens da lagoa. Impunha medo aos que por ali passavam, inclusive ao rei, que para visitar a fábrica de pólvora e o Jardim Botânico, atravessava a lagoa em uma galeota, que pegava no sítio de Piaçava. Essa pedra era conhecida como *pedra santa*, e foi demolida em 1837 quando a estrada foi melhorada, recebendo aos poucos calçamento, iluminação e outras benfeitorias.

O interesse pelas terras em torno da lagoa era grande por ser uma região aprazível, com os engenhos que tinham como sede belas casas atraindo para suas redondezas a aristocracia, que escolheu aquele local para servir de moradia, apesar dos problemas de salubridade que eventualmente afetavam suas águas.

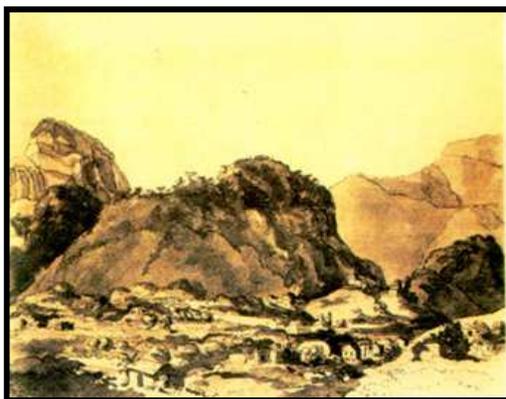


Figura 1 – Jardim Botânico, Dois Irmãos e Gávea em 1821.

A FÁBRICA DE PÓLVORA

Em 13 de junho de 1808, por decreto assinado por D. João VI, as terras da Lagoa foram desapropriadas com vistas à construção de uma fábrica de pólvora e fundição de peças de artilharia que abastecesse a Marinha e o Exército. Após a desapropriação, as terras do engenho passaram a se chamar de Real Fazenda da Lagoa Rodrigo de Freitas. D. João VI nomeou o tenente-general Carlos Augusto Napion como responsável pela construção e instalação da Fábrica e por ajudante de ordens o Capitão Jacques Augusto Conny. O Capitão Jacques Conny foi o responsável pela confecção da primeira planta do terreno da fazenda, declarando “*que correspondia a um terreno que tivesse uma testada de mil e setecentas braças, e uma área de quatro milhões e quinhentas mil braças quadradas, inclusive a Lagôa*” [1]. O decreto autorizando a construção da Fábrica de Pólvora é datado de 13 de maio de 1808.

Para podermos entender a importância da instalação de uma fábrica de pólvora no Rio de Janeiro naquela época, visto a urgência com que foram assinados os decretos autorizando sua construção e a posterior desapropriação das terras da Lagoa, se faz necessário entender o processo pela qual passava a cidade naquele momento. Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, a cidade sofreu diversas transformações econômicas, sociais e políticas, fazendo-se necessário preparar a colônia para tais transformações. Neste sentido, promoveu-se a modernização de diversos setores de produção, e fator de grande importância, foi revogado o decreto que impedia a instalação de manufaturas na cidade. Para fazer frente a tantas mudanças urbanas, era preciso promover a segurança do Estado, reorganizando as forças militares, criando nova escala de hierarquia e ampliando seus efetivos. Por isso, deveria haver um incremento na produção de material bélico. Se levarmos em conta que D. João VI chegou à cidade em março de 1808 e o primeiro decreto a esse respeito data de apenas dois meses depois, isso denota a

preocupação com a segurança do país. Outro fator que aumentava essa preocupação era o seguinte: o Brasil era (é) um país de dimensões continentais, com um extenso litoral e regiões esparsamente povoadas. A natureza havia sido generosa porque, além de tudo, era rico em recursos naturais. Não poderia haver lugar mais atraente e propício às invasões. A fábrica de pólvora seria criada com o intuito de fornecer munição ao Exército e Marinha, não só da Corte, mas de todo o país. Até então, era da fábrica de Lisboa que vinha a munição utilizada aqui. A Lagoa foi escolhida por ser afastada do centro urbano, uma vez que o processo de produção, perigoso, poderia colocar vidas em risco. Este foi o fator para que se utilizasse inclusive mão-de-obra escrava na fábrica.

Para que a fábrica fosse construída, os moradores da região tiveram que deixar o local, uma vez que ali foram instalados todos os seus trabalhadores. Como esses moradores eram agricultores que possuíam casa e lavoura, D. Pedro I precisou assinar um decreto que os indenizasse.

A Fábrica de Pólvora foi inaugurada em 1810 e sua produção anual era de 80 toneladas, sendo que a demanda do mercado brasileiro era de 150 toneladas. Assim, a fábrica trabalhava com sua capacidade máxima. Como o processo de fabricação da pólvora era muito perigoso, cada etapa acontecia em um prédio. A sobrecarga de trabalho só aumentava os riscos de acidentes. Após três explosões na Casa dos Pilões, onde se dava o processo mais arriscado da produção, o de compactação da pólvora, e que matou diversos escravos, a fábrica foi desativada, em 1831, por aviso de 18 de novembro, sendo transferida para a Serra da Estrela. Mantiveram-se de pé apenas a murada e o portal da fábrica.



Figura 2 – Portal da Fábrica de Pólvora – 1997

O que restou da fábrica foi aproveitado por uma indústria de chapéus-chile. Parte das terras foi desmembrada pela Junta dos Arsenais do Exército, resultando em novos lotes que serviriam de chácaras residenciais e seriam arrendados, num total de 13. Em 24 de outubro do mesmo ano, foram incorporados ao Jardim Botânico todos os terrenos e prédios que não estivessem aforados ou arrendados. Diversos imóveis das oficinas da fábrica que encontravam-se dentro dos limites de algumas dessas chácaras, se transformaram em residência. Eram eles:

- antiga oficina de alisamento e, construída em 1829, nova oficina de mistão e alisamento - Chácara nº. 14 - arrendada à Baronesa de Sorocaba (irmã da Marquesa dos Santos) em 11 de janeiro de 1832;
- fornos de carbonização - Chácara nº. 23 - arrendada a Roberto da Silva dos Santos Pereira em 1831;
- Oficina de moinho de Pilões - lote nº. 13 - arrendada a D. Felicidade Perpétua da Cunha em 16 de novembro de 1831. Em 12 de dezembro, D. Felicidade conseguiu também o arrendamento da Casa dos Pilões. Com isso a Casa dos Pilões foi modificada para servir de residência, sendo necessário promover o aterro e construir paredes em seu interior. Em

1984, após prospecções que recuperaram o sítio arqueológico da Oficina, o imóvel se tornou Museu – Sítio Arqueológico Casa dos Pilões;

- Casa do Salitre – lote nº 29 – arrendado ao Comendador Domingos Alves da Silva Porto;

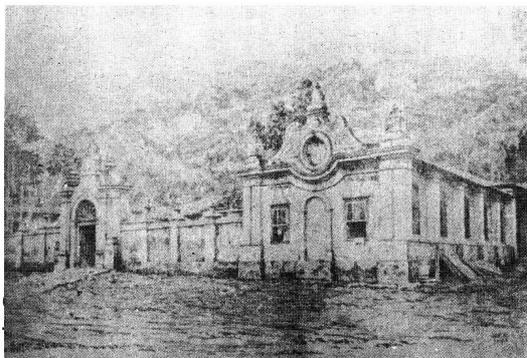
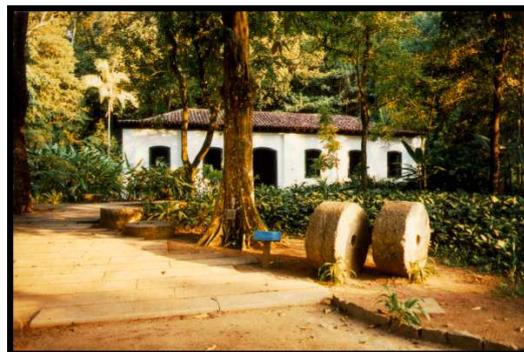


Figura 3 – Casa do Salitre



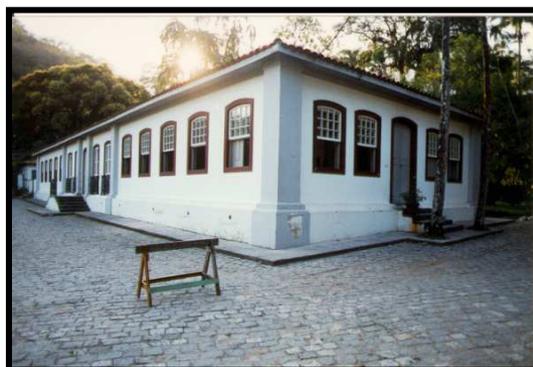
ção de salitre e enxofre. O prédio tinha planta em o, tendo sido demolido em 1912.

Figura 4 – Casa dos Pilões – 1997

Havia outros prédios no complexo fabril, assim descritos:

“A Fábrica da Lagoa não se limitava aos imóveis antes mencionados. Tínhamos também: a Casa da Administração, próxima da oficina de polvorização; o Palacete que pertencera à fazenda dos Rodrigo de Freitas; a Casa do Inspetor da Fábrica; as Casas dos Mestres de oficinas; espécie de pequena vila formada de sete casas todas iguais; o Quartel; as casas dos demais trabalhadores livres e as senzalas dos escravos; diversos armazéns; o porto da lagoa; etc. Além disso, a antiga Capela de Nossa Senhora da Conceição fazia parte da unidade produtiva, sendo que, quando da transferência da manufatura para a Serra da Estrela, ainda servia à freguesia, apesar de estar muito arruinada.” IPHAN (s.r.b.)[2]

Com a decisão de se criar uma fazenda-modelo de agricultura, em 1833 o governo reservou um terreno para esse fim, deliberando que os lotes que estivessem arrendados, após o término da concessão não teriam o arrendamento renovado. É evidente que a medida desagradou profundamente os arrendatários que deveriam desocupar as chácaras, tendo os mesmos enfrentado o Governo Imperial em processos judiciais que se arrastaram por anos. Ao fim de 20 anos, o Governo ganhou o direito de anexar às terras do Jardim



Botânico as chácaras que lhe aprouvesse, e os arrendatários, o direito à indenização. Mais uma vez, devido à morosidade o processo se arrastou até a década de 70 daquele século.

Figura 5 – Solar do Engenho de Nossa Senhora da Conceição, posteriormente Solar de Rodrigo de Freitas

O Jardim Botânico

A Real Fábrica de Pólvora da Lagoa de Rodrigo de Freitas foi instalada junto a uma região muito apreciada por D. João VI, como já dissemos. Ali foi iniciada a prática do cultivo de plantas exóticas. O solo era fértil, como já estava comprovado pelo plantio da cana e do café, e fornecia diversas matérias-primas para artesanatos e construções, como por exemplo, a argila, o gesso e o amianto. A geografia local era muito diversificada, pois contava com a lagoa, a praia e a serra. As resoluções régias de 17 de julho de 1809 e 7 de julho de 1810 transformavam “*as terras marginais da lagoa... em campos experimentais, horto e cultivo de plantas exóticas*” [3], sob a supervisão do alemão Kauche, uma vez que isentavam de dízimas e direitos as espécies produzidas aqui. Com isso, o *hobby* de D. João VI em relação à botânica levou à criação do Real Jardim da Lagoa Rodrigo de Freitas, por alvará de 11 de março de 1811, regulamentado por Decreto de 11 de maio de 1819, que lhe deu o nome de Real Jardim Botânico, quando se tornou um jardim franqueado ao público. Houve também plantação de chá feita por chineses, que não apresentou muitos resultados.

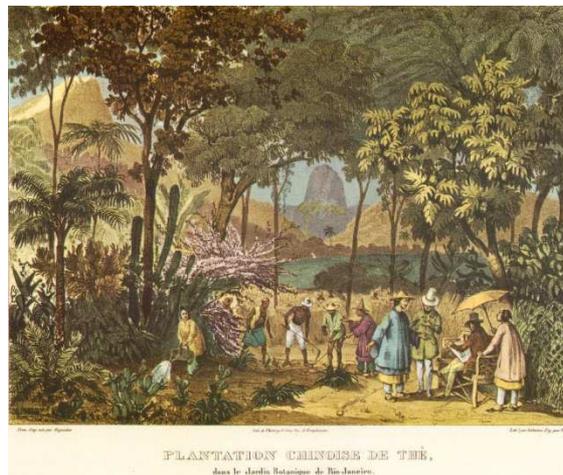


Figura 6 - Plantação chinesa de chá à beira da Lagoa Rodrigo de Freitas ≅ 1821 - 1825

Em 1811 a chácara de Nossa Senhora da Cabeça, vizinha à Fábrica, foi incorporada à mesma, para que ali se instalasse uma manufatura de canos de espingarda e se promovesse a construção de um pavilhão real, para hospedar D. João, então príncipe regente, em suas visitas constantes ao local. O Jardim Botânico, a princípio, era apenas um pequeno horto, tendo ganhado o nome de Real Horto quando da desapropriação das terras da Lagoa, e sua história hoje, é rica em fatos.¹ Teve como primeiro diretor Joaquim Gomes da Silva Mendonça, Marques de Sabará.

¹ Grande contribuição ao Jardim deu o Chefe de Divisão Luís Abreu Vieira e Silva, que após um naufrágio, conseguiu trazer para o Brasil diversas espécies de sementes e mudas, conseguidas na Ilha Maurícia, onde havia sido detido pelos franceses. D. João VI recebeu-as de presente, plantando-as no Real Horto da Lagoa. A palmeira imperial, também plantada por D. João VI, se difundiu pelo país graças à ousadia dos escravos, pois o diretor do Horto, Bernardo José de Serpa Brandão, desejando que seu jardim fosse o único a possuir tal espécime, ordenara que as sementes fossem queimadas. Os escravos, para arrecadar dinheiro, durante a noite roubavam as sementes e as vendiam ao preço de 100 réis cada uma.

Após o regresso de D. João VI a Portugal (em 1821) assumiu em 1824 o cargo de diretor do Jardim Frei Leandro do Sacramento, que deu ao mesmo um caráter científico, se tornando por isso, figura muito importante na história do Jardim Botânico. Com o incêndio que destruiu a fábrica de pólvora, a região passou a ter única função de jardim, uma vez que o Governo decidiu não reconstruí-la.

É interessante analisar como e porquê estavam juntos a Fábrica de Pólvora e o Jardim Botânico. O trabalho do IPHAN [4] é quem melhor sintetiza essa relação:

“A criação do Real Horto Botânico e da Real Fábrica de Pólvora da Lagoa ocorreram dentro do mesmo processo histórico, que a historiadora Maria Odila da Silva denominou de “interiorização da metrópole”. Ou seja, estes dois órgãos, que possuíam objetivos diferentes mas que ocupavam o mesmo espaço físico (a área onde hoje se localiza o Jardim Botânico), surgem de decorrência do enraizamento dos interesses lusitanos no Brasil, que levam a reorganização administrativa, econômica e social da antiga colônia como sede do império colonial português.”



Figura 7 – O Jardim Botânico e a rua de mesmo nome, com o bonde puxado a burro ao fundo – 1880

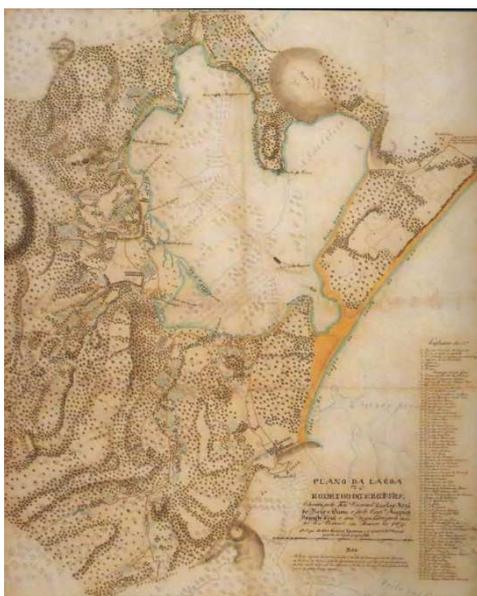




FIGURA 10 – Planta atual do Jardim Botânico

Atualmente, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro conta com a Escola Nacional de Botânica Tropical, instituição que promove cursos de extensão e Pós-Graduação em Botânica, bem como pesquisa científica.

Foi criado também, em 2008, o Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora), que é referência na conservação da flora brasileira ameaçada de extinção. O Jardim Botânico tem ainda o Museu do Meio Ambiente, o Museu Casa dos Pilões e o Espaço Tom Jobim, local que promove apresentações culturais, como peças de teatro e shows. É hoje um jardim aberto a visitação e patrimônio da cidade do Rio de Janeiro.

CONCLUSÃO

A vinda da Família Real para o Brasil transformou a cidade do Rio de Janeiro em sede da Corte Portuguesa, tendo como consequência uma urbanização acelerada e a criação de diversos prédios e instituições. Por iniciativa de D. João VI, foram criados a Fábrica de Pólvora e o Jardim Botânico. Mostramos o processo de criação de ambos, a convivência entre os dois usos e a importância de ambos para a cidade.

REFERÊNCIAS

- [1] Revista Trimestral do IHGB, Tomo LXII, Parte II, p. 92
- [2] IPHAN (s.r.b.)
- [3] Valladares, Clarival do Prado (1971). “Biografia da Lagoa Rodrigo de Freitas”. Revista Brasileira de Cultura, Rio de Janeiro, Ano III, nº 8, pp.55-74, abr./jun, p. 60.
- [4] IPHAN (s.r.b.)